



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CCJC	PDC 1373/2013	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vida e Cidadania - ACVC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR))	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Thiago Peixoto (PSD-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PDC 1560/2014	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Angical a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR))	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Thiago Peixoto (PSD-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PDC 615/2017	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR))	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Marcelo Aro (PHS-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PDC 617/2017	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joanópolis, Estado de São Paulo. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR))	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Thiago Peixoto (PSD-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PDC 630/2017	Aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural Maria de Souza Campos "Dona do Maracatu", a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japaratuba, Estado de Sergipe. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR))	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Thiago Peixoto (PSD-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CCJC	PDC 631/2017	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR))	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Thiago Peixoto (PSD-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PDC 669/2017	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR))	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Thiago Peixoto (PSD-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PDC 852/2017	Aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e seu Protocolo, adotado em Mendoza, em 21 de julho de 2017. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Fábio Sousa (PSDB-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.
CCJC	PDC 870/2017	Aprova o ato que autoriza a Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR))	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Thiago Peixoto (PSD-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CCJC	PL 6963/2002	Institui diretriz sobre a obrigatoriedade de implantação de programas de racionalização do uso da água. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	08/05/2018	Aprovado o Parecer, com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Rubens Bueno (PPS-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, do PL 7345/2002, apensado, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemenda.
CCJC	PL 795/2003	Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de Psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	08/05/2018	Aprovado o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Luiz Couto. Parecer do Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PL 3436/2008	Declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Brasil o rio Ribeira de Iguape e dá outras providências. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Cultura, com subemenda.
CCJC	PL 7789/2010	Institui o Dia Nacional do Interactiano. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Sandro Alex (PPS-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PL 1949/2011	Altera a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que "Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências". (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL 4568/2012, do PL 6528/2013, do PL 7314/2014, do PL 1097/2015, do PL 7322/2014 e do PL 8304/2014, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Cultura; e pela inconstitucionalidade do PL 1949/2011.



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CCJC	PL 2219/2011	Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, para dispor sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (CRTA). (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do PL 7493/2014, apensado, com emendas supressivas saneadoras de inconstitucionalidade e injuridicidade, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.
CCJC	PL 6595/2013	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; à Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que "Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento"; e ao Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que "Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências", para tipificar a supressão de dados e programas de sistema de informações da Administração Pública. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	08/05/2018	Aprovado o Parecer, com Complementação de Voto. Apresentou voto em separado o Deputado Marcos Rogério. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e da Emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com substitutivo.
CCJC	PL 8188/2014	Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Doenças Raras. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Marcelo Aro (PHS-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PL 3551/2015	Institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018	Aprovado o Parecer, contra os votos dos Deputados Fábio Sousa, João Campos e Marcos Rogério. Parecer do Relator, Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PL 5791/2016	Altera dispositivos da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2016, da Lei 8.906, de 4 de Julho de 1994, e da Lei 13.105, de 16 de março de 2015. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão	
CCJC	PL 7752/2017	Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018	Aprovado o Parecer, com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Maria do Rosário (PT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda de redação, e do PL 5270/2016, apensado.	
CCJC	PL 9766/2018	Institui o Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil e altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), para dispor sobre a publicação de atos, notificações e decisões no Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Gonzaga Patriota (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 785/2015, apensado.	
CCJC	PLP 191/2015	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	08/05/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.	
CCJC	PRC 217/2017	Dispõe sobre a garantia de ampla transparência e participação da sociedade no processo legislativo da Câmara dos Deputados. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	08/05/2018	Aprovado o Parecer, com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.	MESA
CCULT	PL 8846/2017	Altera a Lei Complementar no 70, de 30 de dezembro de 1991, a Lei no 8.894, de 21 de junho de 1994, a Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997, A Lei nº 13.353, de 3 de novembro de 2016, a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para conceder isenções tributárias à Sociedade Brasileira de Autores; concede remissão e anistia de débitos fiscais dessa instituição; e dá outras providências. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Sérgio Reis (PRB-SP), pela aprovação.	CFT



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CESPO	PFC 96/2016	Propõe que a Comissão do Esporte - CESPO fiscalize a execução das despesas dos objetos dos Termos de Execução Descentralizada n°s 64 a 68, celebrados pelo Ministério do Esporte em 2015 (Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões)	09/05/2018	Aprovado o Relatório Prévio. Relatório Prévio, Dep. Arnaldo Jordy (PPS-PA), pela aprovação.
CFFC	PFC 54/2011	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização sobre a gestão do contrato de concessão da rodovia BR-040, no trecho entre Juiz de Fora/MG e Rio de Janeiro/RJ, com o objetivo de verificar o cumprimento das cláusulas do contrato, o cronograma de obras e investimentos, o reajuste das tarifas e eventual superfaturamento por parte da CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio. (Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões)	09/05/2018	Aprovado o Relatório Prévio. Relatório Prévio, Dep. Paulo Feijó (PR-RJ), pela implementação.
CFFC	PFC 80/2016	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Cotas da União-TCU, fiscalize a utilização dos recursos repassados pelo FNDE-Fundo Nacional para o Desenvolvimento, ao município de Tarauacá-AC, no ano de 2012, destinados a construção de pré-escola. (Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões)	09/05/2018	Aprovado o Relatório Final. Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pelo arquivamento.
CFFC	PFC 132/2017	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle das obras da Barragem de Berizal, localizada no Alto Rio Pardo, região norte de Minas Gerais. (Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões)	09/05/2018	Aprovado o Relatório Prévio. Relatório Prévio, Dep. Izalci Lucas (PSDB-DF), pela implementação.



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão	
CFT	PDC 4/2015	Susta o Decreto nº 8.395, de 28 de janeiro de 2015, que "Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação, e o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível". (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	09/05/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Yeda Crusius (PSDB-RS), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	CCJC
CFT	PL 1258/2011	Torna obrigatório constar em todos cupons e notas fiscais emitidos pelos revendedores de combustíveis derivados de petróleo e álcool a varejo, além dos dados já obrigatórios, a placa de todos veículos. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Helder Salomão (PT-ES), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	CCJC



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CFT	PL 2199/2011	Dispõe sobre as carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração, revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006 e dá outras providências. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Luiz Carlos Hauly. Parecer do Relator, Dep. Esperidião Amin (PP-SC), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, e das Emendas nºs 4/2011, 5/2011, 6/2011, 7/2011, 8/2011, 9/2011, 10/2011, 11/2011, 19/2011, 20/2011, 21/2011, 27/2011, 28/2011, 29/2011 e 30/2011 da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas 1/2011, 2/2011, 3/2011, 12/2011, 13/2011, 14/2011, 15/2011, 16/2011, 17/2011, 18/2011, 22/2011, 23/2011, 24/2011, 25/2011, 26/2011, 31/2011, 32/2011, e 33/2011 da CTASP.	CCJC
CFT	PL 3613/2012	Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que "estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências", para determinar que os depósitos de poupança cujos saldos ultrapassem o valor de cinquenta mil reais sejam remunerados por percentual da taxa referencial do Selic. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Simone Morgado (PMDB-PA), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	CCJC
CFT	PL 7171/2014	Estabelece a obrigatoriedade de identificação das doações realizadas às pessoas físicas. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. João Paulo Kleinübing (DEM-SC), pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	CCJC



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CFT	PL 1172/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia reparadora de lábio leporino ou fenda palatina no Sistema Único de Saúde (SUS) e nos conveniados e dá outras providências. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Yeda Crusius (PSDB-RS), pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	CCJC
CFT	PL 3446/2015	Altera a Lei nº 7.827, de 1989, para estabelecer limite mínimo de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para as atividades de micro e pequenas empresas. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Jorginho Mello (PR-SC), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	CCJC
CFT	PL 3967/2015	Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para dispor sobre a inobservância de formalidade essencial inerente à dispensa ou inexigibilidade de licitação. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Jorginho Mello (PR-SC), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	CCJC
CFT	PLP 7/2011	Modifica o parágrafo 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Alfredo Kaefer (PSL-PR), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	CCJC
CIDOSO	PL 6095/2013	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para incluir prioridade de atendimento grupos familiares integrados por pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Marcos Reategui (PSD-AP), pela aprovação parcial deste, e pela aprovação do PL 6511/2013, do PL 7219/2014, do PL 4601/2016, do PL 8945/2017, e do PL 9149/2017, apensados, com substitutivo.	CCJC



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CIDOSO	PL 2029/2015	Institui a Política Nacional do Cuidado e dá outras providências. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Pela aprovação deste e da emenda apresentada ao substitutivo, com substitutivo.	CFT
CMADS	PL 7818/2014	Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Ricardo Izar. Parecer do Relator, Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG), pela aprovação deste, do PL 531/2015, do PL 1283/2015, do PL 1750/2015, do PL 3401/2015, do PL 7168/2017, do PL 7906/2017, do PL 2198/2015, do PL 7903/2017, do PL 2566/2015, do PL 8277/2017, e do PL 7169/2017, apensados, com substitutivo.	CDU
CMADS	PL 30/2015	Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Augusto Carvalho. Parecer do Relator, Dep. Valdir Colatto (PMDB-SC), pela aprovação deste, do Substitutivo 1 da CAPADR, e do Substitutivo adotado pela Comissão 1 da CAPADR.	CCJC
CMADS	PL 4214/2015	Dispõe sobre normas e diretrizes para a verificação da segurança de barragens de qualquer natureza e de depósitos de resíduos tóxicos industriais, objetivando evitar danos ambientais e tragédias humanas, e dá outras providências. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado o Parecer por unanimidade. Parecer do Relator, Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG), pela rejeição.	CME
CMULHER	PL 756/2011	Dispõe sobre normas de equidade de gênero e raça, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da relatora, Dep. Laura Carneiro, pela aprovação do PL nº 756/2011, do PL nº 4690/2012, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.	CTASP



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CMULHER	PL 1145/2011	Acrescenta o art. 392-B à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a licença maternidade das mulheres que trabalham em equipagens das embarcações de marinha mercante, de navegação fluvial e lacustre, de tráfego nos portos e de pesca. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da relatora, Dep. Ana Perugini, pela aprovação, com emenda.	CTASP
CMULHER	PL 2083/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos e entidades públicas federais e dá outras providências. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da relatora, Dep. Ana Perugini, pela aprovação, com Substitutivo.	CSSF
CSPCCO	PL 3181/2015	Institui o código de ética da Polícia e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos termos do Art. 21, XIV da Constituição Federal (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela aprovação, com substitutivo.	CCJC
CSSF	PL 886/2015	"Dispõe sobre a instalação de setor destinado a prestação de serviços de odontologia nos Hospitais públicos e dá outras providências". (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Sergio Vidigal (PDT-ES), pela aprovação deste, e do PL 4348/2016, apensado, com substitutivo.	CFT
CSSF	PL 3101/2015	Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos produtores e trabalhadores rurais trazidos pelo INCRA para os projetos de colonização implantados pelo Governo Federal ao longo dos trechos das BR-163 (Cuiabá/Santarém) e BR 230 (Transamazônica) no período de 1971 a 1974. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Conceição Sampaio (PP-AM), pela aprovação deste, com substitutivo.	CFT
CSSF	PL 3550/2015	Acrescenta parágrafo ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de tornar obrigatório o exame oftalmológico dos empregados (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação, com emendas.	CCJC



Pareceres Aprovados no Período (de 08/05/2018 a 10/05/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CSSF	PL 3842/2015	Fica estabelecida a Semana Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Cólon e de Intestino e dá outras providências (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos PL's nºs 3935/2015 e 6538/2016, apensados, com Indicação ao Poder Executivo.	CCJC
CSSF	PL 4161/2015	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE deverão ser entregues pelos contratados no prazo de validade igual ou inferior à metade do tempo total de validade dos referidos alimentos. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Pepe Vargas (PT-RS), pela aprovação.	CE
CSSF	PL 5546/2016	Altera os incisos I, IV, VII e o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, bem como revoga o art. 54, II da mesma Lei, para que a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente fique atualizada em relação ao disposto na Constituição Federal de 1988 no que se refere ao direito à educação. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PMDB-RJ), pela aprovação.	CCJC
CSSF	PL 6063/2016	Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	09/05/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação, com substitutivo.	CCJC